

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10880.036937/94-16

Recurso nº. : 116.604

Matéria : IRPJ e OUTROS – EXS.: 1990 e 1991

Recorrente : DRJ-SÃO PAULO /SP

Interessada : BANCO CIDADE S/A

Sessão de : 23 DE SETEMBRO DE 1998

Acórdão nº. : 105-12.553

**RECURSO EX OFFICIO - Não cabe reexame necessário pelo Conselho de Contribuintes quando o valor exonerado em processo fiscal, tributo mais multa, é inferior a R\$ 500.000,00 na data da decisão singular (Portaria MF nº 333/97).**

Recurso de ofício não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de ofício interposto pelo **DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO-SÃO PAULO – SP.**

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NÃO CONHECER** do recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

  
CHARLES PEREIRA NUNES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 21 OUT 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: JOSÉ CARLOS PASSUELLO, ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado), IVO DE LIMA BARBOZA, e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO. Ausente o Conselheiro NILTON PÉSS. Ausente momentaneamente o Conselheiro VICTOR WOLSZCZAK.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10880.036937/94-16  
Acórdão nº : 105-12.553

Recurso nº. : 116.604  
Recorrente : DRJ em SÃO PAULO - SP  
Interessada : BANCO CIDADE S/A

**R E L A T Ó R I O**

O Delegado da DRJ em SÃO PAULO - SP recorre ex officio da sua decisão em que julgou parcialmente improcedente a ação fiscal levada a efeito contra a empresa BANCO CIDADE S/A resultando em exoneração de pagamento de tributos e encargos da multa nos valores abaixo:

Tributo	UFIR
IRPJ	25.400,24
IRRF	6.746,02
<b>TOTAL</b>	<b>32.146,26</b>

Considerando que a multa é de 50% sobre o tributo,  
o valor exonerado, somando os tributos e encargos de multa relativos  
ao lançamento principal e decorrentes, é igual a  $32.146,26 \times 1,5 = 48.219,39$  UFIR.

Esse valor exonerado, quando convertido para R\$ é inferior ao limite de  
alçada estabelecido na Portaria MF nº 333, de 11/12/97, assim sendo devo passar  
direto ao voto sem necessidade de realizar um relatório completo do processo.

Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10880.036937/94-16  
Acórdão n º : 105-12.553

V O T O

Conselheiro CHARLES PEREIRA NUNES, Relator

No exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso *ex officio*, verifica-se a impossibilidade de sua apreciação por este tribunal administrativo tendo em vista que o valor exonerado em primeira instância encontra-se abaixo do limite de alcada estabelecido pela Portaria MF nº 333, de 11/12/97, *verbis*,

Art.1º - Os Delegados de Julgamento da Receita Federal recorrerão de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributos e encargos de multa de valor total ( lançamento principal e decorrentes) superior a R\$ 500.000,00 (quinquinhentos mil reais)

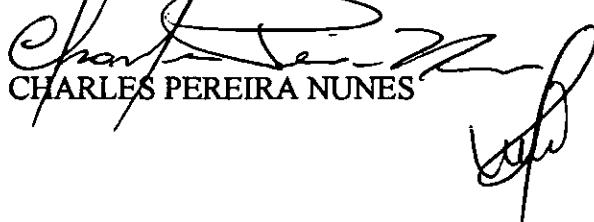
Parágrafo único. Na hipótese de quantia lançada em UFIR, será convertida em real na data da decisão, para fins de verificação do valor a que alude o "caput" deste artigo.

Conforme verificamos no relatório, o valor total exonerado de tributos e encargos de multa foi de 48.219,39 UFIR.

Na data da decisão, julho de 1996, a UFIR correspondia a R\$ 0,8847, portanto foi exonerado apenas R\$ 42.659,69.

Isto posto voto, no sentido de não conhecer do *recurso ex officio*.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1998.

  
CHARLES PEREIRA NUNES